



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 3524709.420.00005754/2025-29

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 306/2025, de autoria dos Ilustríssimos Vereadores Ana Paula Espina e Jorge Luiz de Souza

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana informa que não há projeto em andamento visando à ampliação do sistema da zona azul para áreas estritamente residenciais.

O sistema é uma ferramenta de gestão pública de uso do solo urbano cuja finalidade principal é garantir a rotatividade das vagas em áreas de grande fluxo e demanda por estacionamento, especialmente nas regiões com intensa atividade comercial, de serviços e institucional. O princípio técnico que justifica sua implementação é a escassez de vagas frente à alta demanda, ocasionada por permanência prolongada de veículos nas vagas públicas, o que compromete o dinamismo urbano.

Do ponto de vista técnico, o estacionamento rotativo se baseia nos seguintes critérios de viabilidade:

- Alta rotatividade de veículos;
- Concentração significativa de atividades comerciais, bancárias ou de serviços;
- Fluxo elevado de pedestres e veículos;
- Demanda reprimida por vagas e tempo médio de permanência acima do desejado;
- Interesse social e econômico na ampliação da oferta de vagas com rodízio.

Áreas estritamente residenciais, por sua natureza, não apresentam esses elementos estruturais, uma vez que:

- A demanda por estacionamento é predominantemente dos próprios moradores, com veículos permanecendo estacionados por longos períodos;
- A rotatividade de veículos é baixa;
- Não há atratividade comercial ou circulação intensa de usuários de curto prazo;
- A implementação do estacionamento rotativo em regiões residenciais pode causar desconforto à população local e não atende ao princípio de interesse público coletivo.

Ademais, a SMU destaca que a expansão do sistema rotativo está prevista no contrato de concessão vigente, podendo ser avaliada e implementada caso se identifique interesse por parte dos usuários e justificativa técnica plausível, sobretudo em áreas comerciais emergentes fora do atual perímetro em funcionamento.

Por fim, a SMU acrescenta que permanece atenta à expansão do uso do solo e ao surgimento de novos polos geradores de tráfego. Caso surjam demandas concretas por parte de comerciantes ou da população, um estudo técnico de viabilidade poderá ser realizado oportunamente.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 14/07/2025, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0278090** e o código CRC **9E462827**.

Referência: Processo nº
3524709.420.00005754/2025-29

SEI nº 0278090